



170.

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO
Nº 0025213-43.2012.8.17.0000 (0274977-7/03)

EMBARGANTES Ednelson Cavalcante Oliveira e Outros

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DE ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. REJEITADOS OS EMBARGOS.

Trata-se de embargos de declaração opostos em face do acórdão proferido nos autos dos Embargos de Declaração n. 0274977-7/03. .

Os embargantes sustentam ter havido um grave equívoco na sentença combatida, pois o magistrado equiparou "prova" a "disciplina". Outrossim, argumentam que o percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) para aprovação no Curso de Formação de Sargento (Portaria n.33/2010) seria aplicado para cada parte do exame, ou seja, parte geral e parte específica e não para cada prova, as quais compõem tais partes do exame. Por derradeiro, pugnaram os recorrentes pelo provimento do apelo, no sentido de assegurar-lhes a participação nas próximas etapas do mencionado certame

Em decisão terminativa de fls. 312/314, esta Relatoria manifestou-se sobre todos os pontos suscitados, conforme o descrito a seguir:

"Os autores-embargante participaram do Processo Seletivo Interno para ingresso de Policiais Militares da PMPE-Curso de Formação de Sargentos – PMPE, deflagrado pela Portaria SDS, N. 33 de 07 de janeiro de 2010, contudo, não obtiveram aprovação na primeira fase do certame. Tendo em vista que o edital é a lei interna do certame e que sua estrita observância garante a objetividade da atuação administrativa, merece destaque a disposição editalícia contida no subitem 3.1.1, abaixo transcrita:

3.1.1 O exame intelectual, de caráter eliminatório e classificatório, será composto de áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

A partir da análise do item acima mencionado em conjunto com o "Quadro de Provas" previsto no subitem 3.1.8 do Edital, é possível extrair-se que o exame intelectual da seleção em apreço foi dividido em duas "áreas de conhecimento", quais sejam, "Parte Geral", composta por sete provas/disciplinas, e "Parte Específica PM", composta por três provas/disciplinas. Diante desses termos, resta a análise da regra de admissão insculpida no subitem 3.1.6 do instrumento convocatório, a qual me parece bastante clara ao estatuir que:

"o candidato para ser aprovado terá que obter grau igual ou superior a 40%(quarenta por cento) em cada prova e uma média aritmética global igual ou superior a 5,00(cinco)".

Extrai-se dessa leitura, portanto, que o candidato, para ser aprovado no exame intelectual, deve obter um número de acertos mínimo equivalente



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

a 40% (quarenta por cento) em cada prova/disciplina, dentro das suas respectivas áreas de conhecimento.

Assim, entendo que, na hipótese, afigura-se perfeito o ato de reprovação dos apelados, posto que não atingiram os limites mínimos de acerto previstos no aludido subitem 3.1.6 do Edital. Nessa linha de pensamento está sedimentado o entendimento da jurisprudência deste Tribunal de Justiça."

Os Embargos à declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão, ou seja, quando o juiz ou o tribunal tiver deixado de apreciar ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.

Os embargos declaratórios não constituem o meio idôneo a elucidar seqüência de indagações acerca de pontos de fato; e nem se prestam para ver reexaminada a matéria de mérito ou tampouco para a aplicação de dispositivo legal ou ainda para obrigar o magistrado a renovar a fundamentação do decisório.

Inclusive nos casos de prequestionamento, os aclaratórios devem ser embasados em hipótese de omissão, contradição ou obscuridade, o que não se verifica no caso sub judice, pois os pontos relevantes para o deslinde da questão foram objeto de exame e de decisão através do acórdão vergastado.

Unanimemente, rejeitaram-se os embargos declaratórios.

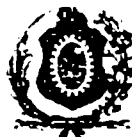
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Recurso de Agravo em Apelação n.274977-7/03 em que figura como embargantes Ednelson Cavalcante de Oliveira e como embargado Estado de Pernambuco,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em rejeitar os declaratórios**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 26/09/13

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

171

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO EM
APELAÇÃO Nº 0025213-43.2012.8.17.0000 (0274977-7/03)**

EMBARGANTES Ednelson Cavalcante Oliveira e Outros

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos em face do acórdão proferido nos autos dos Embargos de Declaração n. 0274977-7/03. .

Os embargantes sustentam ter havido um grave equívoco na sentença combatida, pois o magistrado equiparou "prova" a " disciplina". Outrossim, argumentam que o percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) para aprovação no Curso de Formação de Sargento (Portaria n.33/2010) seria aplicado para cada parte do exame, ou seja, parte geral e parte específica e não para cada prova, as quais compõem tais partes do exame. Por derradeiro, pugnam os recorrentes pelo provimento do apelo, no sentido de assegurar-lhes a participação nas próximas etapas do mencionado certame

Por fim, requerem o acolhimento dos embargos declaratórios.

Em razão dos embargos declaratórios terem sido interpostos, com efeito, modificativo, o embargado foi intimada para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, conforme descrito no despacho de fls.155.

Às fls.160/166, o embargado apresentou contra-razões pugnando pela manutenção integral do acórdão embargado.

É o relatório.

VOTO

Analisando-se detidamente os autos, verifico que o acórdão hostilizado abordou toda a matéria nos limites em que foi posta em Juízo, destarte, não havendo qualquer obscuridade, contradição ou omissão no Julgado, devendo o *decisum* injuriado manter-se pelos seus próprios fundamentos jurídicos.

Em decisão terminativa de fls. 312/314, esta Relatoria manifestou-se sobre todos os pontos suscitados, conforme o descrito a seguir:

"Os autores-embargante participaram do Processo Seletivo Interno para ingresso de Policiais Militares da PMPE-Curso de Formação de Sargentos – PMPE, deflagrado pela Portaria SDS. N. 33 de 07 de janeiro de 2010, contudo, não obtiveram aprovação na primeira fase do certame. Tendo em vista que o edital é a lei interna do certame e que sua estrita observância garante a objetividade da atuação administrativa, merece destaque a disposição editalícia contida no subitem 3.1.1, abaixo transcrita:

3.1.1 O exame intelectual, de caráter eliminatório e classificatório, será composto de áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

A partir da análise do item acima mencionado em conjunto com o "Quadro de Provas" previsto no subitem 3.1.8 do Edital, é possível extrair-



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

se que o exame intelectual da seleção em apreço foi dividido em duas "áreas de conhecimento", quais sejam, "Parte Geral", composta por sete provas/disciplinas, e "Parte Específica PM", composta por três provas/disciplinas. Diante desses termos, resta a análise da regra de admissão insculpida no subitem 3.1.6 do instrumento convocatório, a qual me parece bastante clara ao estatuir que:

"o candidato para ser aprovado terá que obter grau igual ou superior a 40%(quarenta por cento) em cada prova e uma média aritmética global igual ou superior a 5,00(cinco)".

Extrai-se dessa leitura, portanto, que o candidato, para ser aprovado no exame intelectual, deve obter um número de acertos mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada prova/disciplina, dentro das suas respectivas áreas de conhecimento.

Assim, entendo que, na hipótese, afigura-se perfeito o ato de reprovação dos apelados, posto que não atingiram os limites mínimos de acerto previstos no aludido subitem 3.1.6 do Edital. Nessa linha de pensamento está sedimentado o entendimento da jurisprudência deste Tribunal de Justiça."

Ademais, pelo teor da peça recursal, vislumbra-se que os presentes aclaratórios pretendem, além de prequestionar alguns dispositivos legais, rediscutir a matéria decidida no acórdão combatido, no escopo de alterar o resultado do julgamento proferido nos Embargos de Declaração n. 274977-7/03.

Ora, os embargos declaratórios não constituem o meio idôneo a elucidar seqüência de indagações acerca de pontos de fato; e nem se prestam para ver reexaminada a matéria de mérito, ou tampouco para a aplicação de dispositivo legal ou ainda para obrigar o magistrado a renovar a fundamentação do decisório (RJTJ-RS 148/166).

Além disso, mesmo nos casos de prequestionamento, como na situação em tela, os aclaratórios devem ser embasados em hipótese de omissão, contradição ou obscuridade – o que não se verifica no caso *sub judice*, pois os pontos relevantes para o deslinde da questão foram objeto de exame e de decisão através do acórdão ora vergastado.

Em outros termos, o simples interesse em prequestionar não conduz a que se dispense a demonstração de existência de qualquer das causas que ensejam os embargos de declaração. Nesse diapasão, confira-se:

"Mesmo nos embargos de declaração com fim de prequestionamento, deve-se observar os lindes traçados no art. 535 do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material). Este recurso não é meio hábil ao reexame da causa". (STJ – 1ª Turma, REsp nº 13.843-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 06ABR92).

Ante todo o exposto, em razão da ausência dos pressupostos legais ensejadores dos embargos declaratórios, voto pelo **improvemento** dos embargos.

Recife, 26/09/13

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator